

Relatório de Acessibilidade 2018

Resumo Executivo



Este ano marca a quinta edição anual do Relatório de Acessibilidade da A4AI. Nestes cinco anos vimos questões em torno do acesso a internet e acessibilidade entrarem na ribalta e vimos um número crescente de países reconhecerem a necessidade de por estratégias digitais como cerne dos seus planos para desenvolvimento e crescimento económico.

Apesar deste progresso os últimos cinco anos também viram um sério desacelerar no ritmo com que as pessoas ficam online. Com base nas tendências, usando dados do uso de internet ITU, o relatório de Acessibilidade do ano passado previu que alcançaríamos 50% da penetração global de internet até ao fim de 2017; um retrocesso no crescimento do acesso e uso da internet significa que não esperamos alcançar este marco até meados de 2019.

A incapacidade de pagar uma conexão internet básica continua a ser uma das barreiras mais significativas - e resolúveis - para o acesso. **Em todo o mundo, mais de dois mil milhões de pessoas vivem num país onde apenas 1GB de dados móveis tem um custo inacessível.**¹ Esta questão é particularmente aguda nos países de baixa e média renda, onde 1GB de dados custa mais de 5% do que as pessoas ganham em um mês - um preço muito acima do limiar acessível de 1GB de dados ao preço de 2% ou menos do rendimento médio.

O Relatório de Acessibilidade 2018 examina como as políticas para acelerar o acesso a internet acessível progrediram nos últimos cinco anos em 61 países de baixa e média renda e onde se encontram hoje. Os nossos estudos constataram que enquanto as políticas continuam a melhorar ao todo, o ritmo de mudança política continua de longe demasiado lento e incremental para efectuar a mudança necessária para permitir acesso a preços acessíveis para milhares de milhões ainda offline:

Principais Resultados

O progresso na política está a desacelerar. Apesar do crescente reconhecimento da relação crítica entre acesso online e crescimento económico, o ritmo da mudança política para baixar os preços da internet marcou a sua melhoria mais lenta até a data, com as classificações para políticas a aumentarem apenas 1% no último ano.

Pela primeira vez, as médias globais das pontuações para política descenderam. Enquanto as políticas ao todo melhoraram marginalmente, vimos as classificações recuarem entre medidas de (1) ambiente regulador e (2) políticas em torno do acesso universal e público. A última é particularmente preocupante dado que os nossos estudos mostram que as políticas de acesso público estão fortemente correlacionadas a redução dos preços de banda larga.

Falta infra-estrutura. Nos últimos anos, o progresso nos motores de acessibilidade foi primariamente impulsionado por melhorias nas políticas de acesso. Políticas para expandir e continuar a desenvolver infra-estrutura estagnaram - um ponto que é reforçado por custos que teimam permanecer elevados tanto para provedores e consumidores de internet.

Ilhas arquipélago nação enfrentam desafios particulares na oferta de internet acessível. Nova análise sobre os custos incorridos na indústria para provisão de serviços internet mostra que o custo para fornecer dados de banda larga móvel a um subscritor por um ano numa ilha arquipélago nação como as Filipinas é quase cinco vezes o custo do mesmo numa nação costeira como a Nigéria.

¹ Calculado usando as estimativas populacionais do Banco Mundial de 2017 dos países abrangidos por este estudo e incluindo 1,3 mil milhões na China.

Para ter uma oportunidade de colmatar a lacuna digital e permitir oportunidades de acesso a preços acessíveis para milhares de milhões em todo o mundo que continuam offline, precisamos que os governos – apoiados por actores do sector privado e sociedade civil — **dêem prioridade ao tempo e recursos necessários para construir as políticas, prática e infra-estrutura para reduzir os custos de internet.**

Este relatório define recomendações específicas para colmatar lacunas políticas e acelerar o progresso necessário, incluindo:

1 Desenvolver estratégias de redução de custo enraizadas na compreensão dos desafios geográficos únicos de um país.

Actualizar ou construir infra-estrutura nova é um passo importante para permitir oportunidades de conectividade mais acessível para os não conectados. As novas políticas de infra-estrutura e financiamento devem estar enraizadas num entendimento dos desafios geográficos únicos de um país e como estes têm impacto nas várias componentes de custo da indústria. Governos, instituições de desenvolvimento, multilaterais e outros podem trabalhar, por exemplo, para apoiar iniciativas regionais para reduzir os custos de trânsito internacional e taxas de interconexão para países do hinterland, para oferecer créditos isentos de juros a pequenas ilhas arquipélago nação para acesso a cabos submarinos ou encorajar parcerias sub-regionais para acesso a cabos submarinos e outra infra-estrutura necessária.

2 Desenvolver ou actualizar os planos nacionais de banda larga que contenham metas concretas e cronogramas realistas.

Estudos mostram que países com uma política de banda larga que defina claramente metas e estratégias para aumento da penetração da internet tendem a ter taxas de adopção de banda larga mais elevadas. As políticas de banda larga mais eficazes oferecem aos sectores público e privado orientações

Á medida que as nossas vidas passam mais para o espaço digital, o acesso a internet torna-se cada vez mais uma necessidade básica, e um pré-requisito crítico para participação efectiva na sociedade. Muitas vezes existe o pressuposto de que as forças do mercado, por si só, levarão todos, em todo o lugar a conseguirem pagar para estar online, mas, como vimos nos últimos cinco anos, o acesso a preço acessível não é um resultado garantido. Conectar os últimos milhares de milhões, incluindo quem vive em zonas de difícil acesso, requer intervenções políticas direccionadas com vista a superar as suas barreiras ao acesso únicas.

claras e um mapa para desenvolvimento do sector e vão apoiar a certeza reguladora ao definir planos e metas temporais para apoiar o desenvolvimento de redes, expandir o acesso a internet e responder a lacunas no mercado que de outra forma seriam negligenciadas.

3 Estabelecer e implementar efectivamente Fundos para Serviço e Acesso Universal.

Os Fundos para Serviço e Acesso Universal (USAFs) visam expandir oportunidades para conectividade para todos e oferecer uma oportunidade inexploradas para trabalhar para conectar todos que se encontram à margem da sociedade ou quem de outra forma não consiga pagar internet. Os fundos podem ser usados, por exemplo, para financiar o desenvolvimento de infra-estrutura em áreas desfavorecidas e entre grupos populacionais marginalizados, ou para alargar as oportunidades individuais de acesso através de subsídios para utilizador final de dados e dispositivos. Mais especificamente, os USAFs podem ser usados para reduzir a barreira digital entre os géneros dentro dos países para garantir acesso universal.

4 Empenho para processos efectivos de alocação de espectro.

A ênfase deve ser a alocação de espectro transparente, responsável, atempada e eficiente para os provedores de serviço internet (ISPs) existentes que servem vários segmentos de mercado, além de ISPs não tradicionais, como redes comunitárias.

A crónica incapacidade de priorizar a política de banda larga levou a desaceleração do crescimento, incumprimento das metas de penetração da internet e um crescente fosso entre as populações online e offline em todo o mundo. Quanto mais esperarmos mais urgente será agir para colmatar esta lacuna digital e permitir oportunidades de acesso para milhares de milhões que continuam fora da revolução digital. Os decisores devem assumir um papel activo na definição do curso para um ambiente político e regulador forte, definindo uma estratégia de banda larga, investindo em acesso universal e público, facilitando a partilha de infra-estrutura e gestão de espectro. Esperamos que o próximo relatório documente uma mudança para acção, mudança positiva e acesso a preços acessíveis para todos.